



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE LETRAS/PORTUGUÊS**

IRENE DAMASCENO DE CASTRO

**DESAFIOS DOS PROFESSORES BRASILEIROS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE
ATUAL**

**ARAGUAÍNA – TO
2018**

IRENE DAMASCENO DE CASTRO

**DESAFIOS DOS PROFESSORES BRASILEIROS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE
ATUAL**

Monografia de Conclusão de Curso
de Licenciatura em Letras
/Português apresentada à
Universidade Federal do Tocantins –
UFT, no campus de Araguaína.

Orientador: Prof. Dr. Wallace
Rodrigues

**ARAGUAÍNA – TO
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- D155d Damasceno Castro, Irene.
DESAFIOS DOS PROFESSORES BRASILEIROS NA ESCOLA E
NA SOCIEDADE ATUAL. / Irene Damasceno Castro. – Araguaína, TO,
2018.
40 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Letras - Português,
2018.
Orientador: Wallace Rodrigues

1. Educação. 2. Professores. 3. Desvalorização profissional. 4.
Sucateamento das escolas. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, aos meus filhos Wanderson e Welton, meu pai, minha mãe, meus irmãos, amigos e professores.

AGRADECIMENTO

A Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo da minha vida, não somente nesses anos como universitária, mas em todos os momentos, sempre foi e será, meu maior mestre.

Agradeço de coração todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação de caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, em especial meu orientador professor Dr. Wallace Rodrigues que não mediu esforços para me orientar me indicando a direção certa a seguir com seus puxões de orelha e correções.

Meus agradecimentos aos meus amigos e irmãos de formação, que levarei para vida, companheiros de trabalhos que fizeram parte da minha formação em especial Morganna Vasconcelos e Cinthya Lira, costumo dizer para elas que elas ajudaram a construir a minha formação, me dando forças e conselhos para não desistir. Quando mais precisei, elas estiveram do meu lado. Obrigada, meninas! Sem vocês eu não teria chegado até aqui, minha conquista é de vocês também, minhas filhas de coração.

IRENE DAMASCENO DE CASTRO

**DESAFIOS DOS PROFESSORES BRASILEIROS NA ESCOLA E NA SOCIEDADE
ATUAL**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Letras, como requisito obrigatório para a aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. Wallace Rodrigues

Data de Aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Professor Dr. Wallace Rodrigues

Professora Ms. Danielle Mastelari Levorato

Professora Dr. Ana Cláudia Castiglioni

RESUMO

A temática da Educação no Brasil, é um tema que carece de observação e atenção, dada sua relevância e atualidade. Portanto, objetiva-se debater os problemas enfrentados pelos professores brasileiros no contexto social contemporâneo. Para isso, foi utilizado um recorte bibliográfico, de cunho teórico e descritivo, com o intuito de trazer reflexões que contribuam para estimulação docente frente aos desafios que se apresentam à profissão. Observou-se que devido o mal direcionamento de políticas educacionais, o setor econômico tem dominado o campo pedagógico, resultando no desfiguramento do papel da escola. Como consequências, visualiza-se a desvalorização dos professores, sendo prejudicial à profissão, bem como, a percepção de sérios ataques que acabam por desestimular os novos ingressantes na carreira docente. Diante disso, entende-se que alternativas devem ser propostas acerca destes gargalos, por isso, sob a perspectiva Freiriana, propõe-se a ideia de uma escola democrática e popular, tendo como base a educação libertadora, com vistas a formação de indivíduos conscientes do seu papel no contexto em que se insere.

Palavras-chave: Educação; Professores; Desvalorização profissional; Sucateamento escolar; Educação Libertadora.

ABSTRACT

The theme of Education in Brazil is a subject that needs observation and attention, given its relevance and timeliness. Therefore, it aims to discuss the problems faced by Brazilian teachers in the contemporary social context. For that, a bibliographic clipping was used, with a theoretical and descriptive character, with the intention of bringing reflections that contribute to teacher stimulation in the face of the challenges presented to the profession. It was observed that due to the misdirection of educational policies, the economic sector has dominated the pedagogical field, resulting in the disfiguration of the school's role. As a consequence, it is visualized the devaluation of teachers, being detrimental to the profession, as well as the perception of serious attacks that end up discouraging new entrants in the teaching career. In view of this, it is understood that alternatives should be proposed about these bottlenecks, so, from the Freiriana perspective, the idea of a democratic and popular school is proposed, based on liberating education, with a view to the formation of conscious individuals of the role in the context in which it is inserted.

Keywords: Education; Teachers; Professional Devaluation; School scrapping; Liberating education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAP. 1 - Um pouco de história da educação no Brasil	13
CAP. 2 – Professores na atualidade e alguns problemas a serem enfrentados	19
CAP. 3 – O sucateamento da escola pública e a desvalorização da profissão docente.....	24
CAP. 4 – Pensando nos futuros docentes	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	36

INTRODUÇÃO

A partir de uma pesquisa bibliográfica de cunho teórico descritivo, este trabalho busca apresentar os desafios enfrentados pelos professores na sociedade brasileira atual e no âmbito escolar, tendo o intuito de contribuir para a reflexão acerca deste tema emergindo a visão que se tem sobre a docência na contemporaneidade.

Em uma fase de aproximação com o dia a dia dos professores conseguimos identificar adversidades, conquistas e prazeres nesta profissão. Isto foi relevante para este recorte temático sobre os desafios postos aos professores na atualidade brasileira. Com isso, buscamos entender melhor os encaixos encontrados pelos professores na sala de aula e como é vista a profissão docente pela a sociedade brasileira atual.

Levando em consideração as dificuldades enfrentadas na sala de aula lançadas por vários estudiosos, tentaremos aprofundar o debate em torno dos problemas educacionais hoje e pensar possíveis soluções de como lidar com tais adversidades.

A educação brasileira percorreu um longo caminho até chegarmos neste ponto. Sabendo que hoje a desvalorização da profissão docente cresce a todo momento. Tudo isso se relaciona diretamente com a precariedade das escolas e a confusão gestacional das políticas públicas educacionais. Várias propostas pedagógicas de ensino já foram colocadas em prática no Brasil, mas, o domínio hoje se encontra na tendência econômica que faz grandes investimentos esperando o retorno disso tudo.

Para tanto, a falta de metodologias sérias em torno das políticas públicas faz com que aumente o abandono da educação por meio dos órgãos, a ressignificação do papel escolar, o desinteresse do alunado e o desestímulo profissional do docente.

Sabendo a importância deste tema para a sociedade brasileira e para o ambiente escolar, pois debater os problemas pedagógicos do ensino brasileiro é também uma tarefa social, este é o retorno que damos para a sociedade, tendo em vista o compromisso que assumimos ao ingressar em uma universidade.

Acreditamos que esta pesquisa poderá beneficiar não só os professores, mas toda a comunidade acadêmica, pois aqui se pretende contribuir para que os acadêmicos tenham conhecimento sobre as dificuldades encontradas pelos professores na escola, que conseqüentemente eles virão a enfrentar. Isso pode beneficiar os estudantes que estão começando os estágios, pois poderão refletir sobre o apresentado, podendo levá-los a lidar melhor com as adversidades dentro da sala de aula.

Ao compreendermos que o professor é um relevante agente social e irreversível na formação de uma sociedade crítica, busco levar em consideração os caminhos e descaminhos da educação escolar na sociedade atual.

Verificamos que essa profissão passa, hoje em dia, pela desvalorização e reconhecimento de sua importância social. Acreditamos que muito deve ser feito pela a valorização dessa profissão, haja vista que, pode-se contribuir para o reforço da identidade docente.

Pensamos, ainda, que analisar somente os problemas enfrentados pelo professor na sala de aula seria limitar as reflexões em torno desse tema, uma vez que, os problemas sociais, políticos e econômicos que envolvem estes agentes do processo educacional influenciam diretamente no reconhecimento social da profissão de professor.

Por isso, não é só a falta de condições adequadas de trabalho que revela o descaso com a educação, mas também o sucateamento das escolas, a falta ou má execução das políticas públicas educacionais, o despreparo gerencial os sujeitos que conduzem a escola e as reformas da modernidade atual.

Apresentamos uma breve apresentação dos principais acontecimentos na história da educação brasileira, considerando o período conhecido como República Velha e indo até a atualidade. Nesse sentido, destacam-se as reformas propostas e as ideias lançadas por pensadores como Paulo Freire durante esta trajetória histórica da educação brasileira.

Constatamos que houve problemas estruturais fortemente ligados à precarização do ensino brasileiro e a desvalorização do profissional em educação. Para tanto, utilizamos Saviani (2009) e Prado (2015) que entendem o papel do

professor hoje. Uma vez que tal professor é muito exigido, tornando-se, por vezes, desestimulado pelas precariedades que se encontram nas escolas (SAVIANI, 2009).

Também, apresentamos alguns números sobre o índice de analfabetismo no país e percebemos que estamos em um momento de estagnação do ensino, ficando cada vez mais distante da meta proposta pelo Plano Nacional de Erradicação do Analfabetismo (redução de 100% dos analfabetos até 2024 e redução de 50% dos analfabetos funcionais para o mesmo ano).

Continuamos apontando as políticas propostas para o ensino, utilizando as reflexões de Libâneo (2008). Ele nos aponta para a desfiguração que a escola vem sofrendo, assim como a desvalorização do papel do professor. Haja vista que tanto os sujeitos como o espaço educacional são elementos essenciais para a construção cultural e a solidificação do verdadeiro sentido de escola enquanto espaço de construção intelectual e cultural, podendo, assim, tornar-se um espaço questionador dos problemas econômicos, políticos e sociais atuais.

Nesse sentido, não seria coerente contextualizar os desafios enfrentados pela escola e pelos professores sem envolver na discussão a formação docente e o ciclo profissional pelo qual estes passam. Portanto, partimos das análises de Huberman (1989) sobre o ciclo da carreira profissional do professor em comparação com as experiências de Dos Anjos (2017) e Santana e Silva (2018) no período de estágio.

Assim sendo, buscando alternativas para superar os problemas pedagógicos apresentados aqui, nos remetemos a Paulo Freire e a sua pedagogia libertadora. Essa última nos aproxima do entendimento de uma educação positiva, contribuindo para a construção de corpos pensantes através da troca de saberes partilhados entre educador e educando, surgindo, então, a figura do educando-educador, que reflete sobre problemas sociais e consegue libertar tanto os opressores como os oprimidos. (FREIRE, 1978).

CAP. 1 - UM POUCO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Elucidaremos aqui o caminho em que as políticas públicas educacionais brasileiras tomaram ao longo das duas últimas décadas. Sabendo que as organizações internacionais, com seus incentivos aos países em desenvolvimento, principalmente a partir da 2^o Guerra Mundial, tiveram como objetivo o controle político e social de vários países, principalmente através da educação. A educação então viria a ser um meio de promoção desta subordinação, tendo em vista que o caminho adotado por estas organizações internacionais se deu pela associação entre escola e mercado de trabalho num mundo capitalista.

Nesta lógica, a conquista de habilidades necessárias para o mercado de trabalho seria suficiente para a educação dos países controlados pelas grandes agências de controle internacional (LIBANÊO, 2016). “Com isso, a função do ensino fica reduzida a passar os conteúdos “mínimos”, desvaloriza-se o papel do professor e, em consequência, tudo o que diga respeito à pedagogia, à didática, ao ensino”. (*Id. Ibid.*, p. 48).

Mas, para entendermos como chegamos a este momento, gostaríamos de trazer alguns acontecimentos importantes da educação no Brasil, a partir da primeira república. Podemos dizer que, mesmo bebendo de fontes europeias, tendo a academia francesa como referência, a educação brasileira seguia fiel à sua herança escolar religiosa deixada pelos jesuítas. A tentativa de laicizar o Estado abarcava o setor pedagógico, porém, o abandono dessas práticas tradicionais de ensino em uma nação agudamente religiosa não seria conseguido de uma hora para outra.

No início do século XX o Brasil passava pelo processo de estruturação da república, que intercalava seu comando entre militares e oligárquicos, centrando o poder político na região Sudeste do país. Nesse período, mais precisamente na década de 1920, surgem movimentos pedagógicos pela educação, através da necessidade de alfabetizar uma nação pouco participante nas decisões políticas. Por isso houve um movimento conhecido como “O entusiasmo pela Educação” e que tinha características quantitativas, ou seja, quanto mais indivíduos alfabetizados, maior a facilidade de combater os privilégios das oligarquias que se revezavam no poder (BESSA, 2008).

Até o início de 1930, a escola tentou se organizar por dentro, sendo regulamentada a partir de um sistema estadual de educação. Mas foi a partir da era

varguista que a educação começou a se estruturar em orientações ligadas a uma base nacional voltada ao ensino secundário e superior (FREITAS; PIMENTEL, 2012). Tentando entender a penosa desvinculação da educação à religião nas primeiras décadas do século XX no Brasil, Valéria da Hora Bessa, considera a posição social que desempenhavam os personagens dessa escola. Com isso, ela afirma:

Os professores dessa época eram, em sua maioria, religiosos ou leigos, tendo seus princípios pedagógicos guiados pelo pensamento jesuítico. A escola então, era destinada às classes economicamente favorecidas e, por mais que o Movimento do Entusiasmo pela Educação tivesse persistido, poucas foram suas conquistas. (BESSA, 2008, p. 18)

Em geral, podemos afirmar que o Movimento do Entusiasmo pela Educação encontrou dificuldades, posto que os interesses das elites oligárquicas e a forte presença da Igreja nas questões educacionais já tinham posições demarcadas naquela sociedade.

Com a chegada de Vargas ao poder e o enfraquecimento das elites oligárquicas, pensadores educacionais trazem o Movimento Escolanovistas, tentando aproximar-se das ideias europeias de educação, voltadas para os princípios liberais e visando a substituição da prática pedagógica tradicional pela aproximação ao construtivismo.

Para Bessa, Getúlio Vargas foi, além de um dos grandes responsáveis pela modernização do Brasil, um importante articulador político, conseguindo acatar “as ideias do Movimento Escolanovistas e do Movimento de Otimismo Pedagógico. Ao mesmo tempo, soube controlar também os anseios católicos, freando as vontades democratizantes dos Movimentos Renovados da Educação”. (2008, p. 19).

Porém, em 1937 após instituir o Estado Novo os debates pró educacionais foram abafados. O primeiro período ditatorial vivido pelo Brasil, conhecido como Estado Novo (1937-45), trouxe consequências difíceis para o campo educacional. Com a negação da responsabilidade do Estado em relação à escola, o ensino viveu um período de defasagem, onde a escola pública abandonada não conseguiu atender as demandas educacionais existentes, restando às escolas privadas o ensino da maioria das pessoas. Em outras palavras, na década de 1940 temos um ensino voltado para os filhos de famílias ricas, permanecendo ainda um número

grande de analfabetos no país. Para a escola pública restava a contribuição que as famílias ricas doavam para viabilizar seu funcionamento. (BESSA, 2008).

Por outro lado, os anseios por mão de obra qualificada cresciam em um país que buscava a industrialização, para conquistar o mercado de trabalho escolas profissionalizantes foram criadas, exercendo a prática pedagógica tecnicista, consistindo em “organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global” (LUCKESI, 1994, p. 60). Por mais que a influência dessa prática tenha ganhado maiores proporções a partir da segunda metade da década de 1950, ela inicia seus primeiros passos, no Brasil, com a criação do SENAI e SENAC¹. (BESSA, 2008).

Outro marco na década de 40 foi a discussão inicial da primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), mas somente no final da década de 50 foi quando houve sua modelação voltando a ser discutida no congresso, sendo promulgada em 1961, com um atraso de duas décadas.

Nesse período retoma-se as discussões em torno da Escola Nova, ou seja, o Escolanovismo, nesse sentido, esse período teve grandes lutas educacionais, servindo de preparação para o surgimento da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire na década de 1960, que logo foi desfigurada em um cenário de segunda ditadura militar que levou, também, ao fracasso das ideias escolanovistas.

Vale salientar que as ideias pedagógicas de Paulo Freire contribuíram para a transformação da pedagogia brasileira e de outros países, tendo como finalidade mostrar que a educação não é neutra e que os problemas educacionais são reflexos da sociedade em contexto. Paulo Freire foi considerado inimigo público pelos militares, sendo exilado do país. Até hoje suas ideias servem de base para se pensar a educação brasileira, sobretudo no que se relacionam às práticas pedagógicas progressivas. Por isso, o professor José Romão, referência nos debates de pesquisas Freiriana, relaciona o papel do professor universitário hoje com a proposta pedagógica de Paulo Freire. Assim ele escreve:

O professor de quem a sociedade brasileira precisa no hoje de seu trânsito há de ser aquele que jamais se deleite com sua “sabedoria”, às vezes inautenticamente livresca, apresentada em aulas que funcionam quase

¹ SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

como se fossem cantigas de ninar. O seu papel há de ser outro. E não há tempo a perder numa opção a ser feita: ou se insere criticamente no trânsito de sua sociedade e se faz um mestre do momento, ou permanece ingênuo, como professor no momento. Ou adere ao diálogo criador e comunica ou se minimiza como simples veículo de ingênuos e inoperantes comunicados. Ou se julga humildemente um companheiro de seu estudante, a quem ajuda a ajudar-se na busca de conhecimento, com quem também busca esse conhecimento ou corre o risco de seu esvaziamento. Um professor no momento, raramente sai do óbvio e se arrisca numa aventura. (ROMÃO, 2008, p. 142).

Vemos que a passagem do professor José Romão não se aplica somente ao professor universitário, mas a todos os professores críticos e verdadeiramente interessados em uma educação dialógica e libertadora.

Ainda, a apatia de muitos profissionais da educação contribui para o esfacelamento do setor. Preocupado com isso desde a década de 1960, Paulo Freire propõe o novo: uma nova forma pedagógica de ensino, onde o professor vai aprendendo junto com seu aluno, enquanto ensinando (FREIRE, 1978, p. 31).

Como já apresentado, o ensino tecnicista foi moldado no fim da década de 1950 e ganhou forças nos anos 1960, posto que o Brasil sofria o assédio de grandes empresas multinacionais em busca de mão de obra barata.

O período ditatorial das décadas de 1960 a 1980 trouxe grandes dificuldades para a educação brasileira. Nesse sentido, Valéria da Hora Bessa afirma que:

A Ditadura Militar, por meio de mecanismos de repressão, privatização do ensino, exclusão de parcelas das classes populares das escolas públicas de boa qualidade, tecnicismo pedagógico, desqualificação e desvalorização do magistério, por meio das legislações educacionais e institucionalização do ensino profissionalizante, tratou de sufocar as organizações da sociedade civil em torno da Educação, como fez também com vários outros segmentos sociais. (BESSA, 2008, p. 22)

Com o abafamento dos movimentos em prol da educação, a ditadura conseguiu dissolver a participação popular nos espaços escolares. Os brasileiros só voltaram a ter esperanças em novos rumos educacionais a partir da redemocratização do país, em 1985.

Para tanto, o fim da Ditadura Militar não ocasionou o fim dos desafios educacionais. De lá para cá temos encarado um distanciamento do Estado com o sistema de ensino, jogando a responsabilidade dos problemas pedagógicos para as escolas.

Tomando outra dimensão, o ensino brasileiro assumiu uma postura empresarial, sendo intercalada entre o ensino tecnicista e o gerenciamento educacional por meio de políticas burocratizadas que atenderam os anseios neoliberais da década de 1990, através do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mesmo com essas novas configurações, a escola brasileira ainda herda resquícios da ditadura, sobretudo, em relação à democracia de ensino, ocasionada por discursos de conveniência dentro das escolas, e à desvalorização do profissional da educação.

Após esse breve caminho histórico que a educação brasileira percorreu, conseguimos observar alguns avanços e retrocessos, mesmo com a utilização de formas pedagógicas diversas, e os debates educacionais continuam ferventes para a escola brasileira.

Sabendo que em 2007 o Brasil ocupava a 7º posição no ranking mundial da taxa de analfabetismo, com 14,1 milhões de pessoas com mais de 15 anos sem saber ler e escrever, e em 2017 o país caiu 1 posição, passando a ser 8º no ranking mundial, com 11,5 milhões de analfabetos, vemos que temos uma queda de 9,9% em 2007 para 7% em 2017. Se comparado com os 10 anos anteriores a estes dados, onde o Brasil registrou uma queda de 14,7% em 1997 para 9,9% em 2007, vemos que o país tem se distanciado da 9º meta objetivada pelo Plano Nacional de Educação – PNE, onde até 2024 todos os brasileiros com mais de 15 anos saberão ler e escrever e haverá redução de 50% dos analfabetos funcionais.

Esta apresentação quantitativa de dados ajuda-nos a refletir sobre as consequências da precarização do ensino, a negligência educacional e a desprofissionalização de professores que buscamos tratar neste trabalho. Pois, o entendimento para a melhoria da educação nas últimas 2 décadas não tem se baseado no essencial da educação: nas políticas educacionais. Vemos que em tais políticas existem lacunas que freiam a melhoria no campo da educação. A pedagoga Silmara Cimbalista reflete sobre esses dados e afirma:

Sabe-se, entretanto, que o fato de a criança ou o jovem estar frequentando a escola não garante sua aprendizagem. No entanto, a educação não pode estar desvinculada de um todo em que estão envolvidas a família, a comunidade e as condições mínimas de vida em sociedade (2008, p.19).

Por isso, os problemas enfrentados pelos professores hoje em dia devem ser debatidos profundamente para a construção de mecanismos de superação das mais

variadas deficiências escolares, buscando garantir uma educação de qualidade com condições dignas de trabalho.

CAP. 2 – PROFESSORES NA ATUALIDADE E ALGUNS PROBLEMAS A SEREM ENFRENTADOS

Em meio à tecnologia, os livros e os professores parecem ter perdido espaço. Eles (professores) são “deslegitimados” por meios de informações mais atrativos e tecnológicos, fazendo com que os alunos lotem auditórios para acompanhar de perto estas novas tendências, coisa que não acontece em uma sala de aula.

A contemporaneidade vem exigindo do professor diversas demandas fora de sua área específica de formação, esse profissional “tem tido que aprender a conviver mais intensamente com os interesses e pensamentos dos alunos e pais no cotidiano escolar” (PRADO et. al., 2015, p. 8).

Com isso, a identidade profissional do professor parece se encontra em crise em meio a descaracterização de suas funções e desprofissionalização que sofrem. A desvalorização dos professores brasileiros e a falta de políticas públicas adequadas para o fortalecimento da profissão docente afetam diretamente a escola. Salas superlotadas, infraestrutura frágil, corpo docente remendado (professores de uma área específica ocupando vagas em áreas afins), alunos sem estímulo, assim como os professores desmotivados são problemas recorrentes nas escolas brasileiras. Para tanto, Saviani nos mostra que o sucateamento da profissão docente prejudica a formação de futuros professores:

Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos. (SAVIANI, 2009, p. 153)

Concordando com as afirmativas de Saviani, percebemos a importância que uma boa estrutura educacional carrega consigo, uma vez que, a situação precária das instituições de ensino traz consequências irreversíveis para o aprendizado dos estudantes. Dos Anjos, em seus relatórios de estágio, fala sobre as condições estruturais das escolas municipais e estaduais de Araguaína:

O desconforto é visível, pois alguns alunos sentam de lado, juntam duas mesas, reclamam do aperto. Outra reclamação constante relacionava a temperatura nas salas de aula, mesmo tendo ar condicionado em todas elas, esses tinham má funcionamento. Os alunos ligavam os ventiladores,

mas por serem barulhentos acabava atrapalhando a aula. (DOS ANJOS, 2017, p. 04)

Em relação à estrutura física, a Escola Francisco Máximo de Sousa não oferece condições ideais. Além de ser uma escola com espaço reduzido, sem lugar apropriado para a realização de atividades externas, as salas de aula são relativamente pequenas, considerando-se o número de alunos em cada uma delas. (Idem, p. 04)

As características de precariedade estrutural das escolas não são exclusivas das escolas da cidade de Araguaína. Na verdade, o Estado todo sofre com isso, assim como o país. Não é difícil encontrar escolas mal estruturadas em municípios menores, ou em zonas rurais.

Conhecemos essa realidade de perto, pois o norte e nordeste sempre estiveram entre as regiões com os mais altos índices de analfabetismo e baixos rendimentos escolares.

A zona rural detém o maior número de analfabetos e, mesmo o país tendo registrado uma queda nesse número, os especialistas não acreditam que o Brasil atingirá a meta do plano nacional para erradicação do analfabetismo para 2024. Queremos dizer que, a redução dos milhões de iletrados no país e a qualidade de ensino dependem diretamente de fatores relacionados à gestão pública, formação de professores, práticas pedagógicas e condições de infraestrutura. Cimbalista acrescenta outros fatores pouco considerados na educação brasileira:

Além desses problemas, com a atualização constante dos professores existem entraves que envolvem outros fatores, como a falta de acesso à cultura e aos avanços da microinformática, pois muitas escolas ainda estão mal aparelhadas, sem uma infraestrutura mínima para alunos e professores, faltando bibliotecas, quadras esportivas, laboratórios de ciências e informática – essenciais ao desenvolvimento integral do aluno, atualmente. (CIMBALISTA, 2008, p. 19).

Ao trazer para a discussão alguns problemas enfrentados no ambiente escolar atualmente, objetivamos contribuir com os caminhos já apontados por alguns pensadores. As práticas pedagógicas propostas por Paulo Freire tornam-se referências à medida que tentamos aproximar as metodologias educacionais às tecnologias de ensino bastante utilizadas hoje. Em razão disso, Freire entende que a educação necessita de um diálogo íntimo entre diferentes polos para que seja humanizadora, assim ele nos diz:

A comunicação que venha da razão, e não provoque razão é mero “comunicado”, imposto ou doado. É domesticação. Por isso é que a comunicação só é verdadeira quando há interação dos polos que se “simpatizam” através do objeto da comunicação. Aí existe racionalidade e o homem não se domestica. Na compulsão, ditado – ou na simples doação, inexistente a interação. Um dos polos se apropria do objeto da comunicação e, negando possibilidade ao outro para seu “tratamento” deixa-o passivo e “acomodado”. Domesticado. No “ditado” ou na doação de que resulta o comunicado – se estimula a irracionalidade. A acomodação. No diálogo, a racionalidade, com que o homem se humaniza. (FREIRE, 1961, pág. 17)

Em razão disso, a importância do professor não gira somente em torno do ato de lecionar, ela perpassa por outros campos que consideram, além da exposição de conhecimento, um diálogo comunicativo que provoque a criticidade, instigando a interação entre os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Por isso, o professor tem outro papel em seu cotidiano além de mediar o conhecimento entre o aluno e os conteúdos programados, ele precisa traçar estratégias que consigam manobrar os problemas apresentados pelas dificuldades metodológicas, a ineficácia gestacional, o desestímulo do alunado e a baixa estrutura física escolar.

Encontramos nos problemas metodológicos, nos problemas de gestão escolar, nas influências políticas externas, prejuízos que de forma negativa influenciam diretamente na vida escolar dos alunos e dos profissionais docentes.

Nos últimos anos, várias propostas pedagógicas têm patinado, haja vista que, as várias gestões educacionais que houve no país não consideram a realidade escolar o que, conseqüentemente, faz com que políticas educacionais não sejam voltadas para a escola. Para Libâneo, estas políticas se tornam ineficientes, haja vista que uma análise interna nas escolas seria necessária para compreender a realidade dos múltiplos espaços que as escolas estão inseridas e assim avançar nas políticas pedagógicas. Libâneo explica como seria esta análise:

A análise interna aborda os objetivos, conteúdos as metodologias de ensino, as ações organizativas e curriculares, a avaliação das aprendizagens, isto é, refere-se ao funcionamento interno da escola, claro, sem perder de vista os contextos. O enfoque interno visa pensar a educação escolar “por dentro”, lá onde as coisas acontecem. (LIBÂNEO, 2008, p. 169).

Concordando com o autor, a análise interna seria um mecanismo fundamental de compreensão desse espaço, tornando as políticas educativas eficazes e enfim

voltadas para seu público valorizando o ensino e a aprendizagem, bem como a formação dos profissionais da educação.

Em meio aos avanços na educação brasileira temos acompanhado o crescente incentivo à formação de professores à distância, tendo a tecnologia EAD como grande enfoque, proporcionando a formação de professores em massa e dialogando diretamente com as novas formas de tecnologias presentes em nossa realidade.

Assim como a grande parte do sistema educacional público brasileiro, esta nova modalidade de ensino apresenta falhas e limitações em torno da metodologia não presencial. Em outras palavras, a interação e vivência em um ambiente acadêmico de forma presencial carrega consigo bagagens que são únicas, se comparando com a educação a distância. Contudo, a comodidade de flexibilização de horários, a autonomia de aprendizado e os baixos custos tornaram o acesso de milhões de pessoas a um curso superior, no Brasil, mais fácil.

Anterior aos cursos de EAD atuais, existiram os cursos por correspondência oferecidos sistematicamente aos brasileiros, porém problemas com o correio e a falta de incentivo do governo dificultava essas formações. Com a introdução das tecnologias da informação no meio educacional, chegamos aos cursos digitais por meio de rádios e televisões. Exemplos disso são: o Instituto Universal brasileiro e o programa Telecurso (este último oferecido pela fundação Roberto Marinho).

A análise que aqui buscamos em relação à educação a distância gira em torno não da metodologia que se procura adotar nesta modalidade, haja vista que a qualidade do ensino a distância tem crescido, principalmente por seguirem as orientações do MEC. Esse elaborou um documento norteador que serve como referencial de qualidade para o oferecimento dos cursos EAD, tendo como critérios:

[...] garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EAD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade. (BRASIL, 2007)

Assim, oferecer um serviço de qualidade nos cursos EAD tem sido quase unanimidade entre as instituições, contudo, estamos diante de tecnologias inacessíveis ou ainda pouco decifráveis para boa parte dos brasileiros. Se pensarmos que o Brasil ainda tem um índice de 29% de analfabetos funcionais

(segundo o IBGE), sendo 3 em cada 10 brasileiros analfabetos funcionais, isso pode ser um complicador da abrangência e eficiência da educação EAD. Em outras palavras, o ensino de qualidade a distância não se limitar a uma tecnologia de ponta, isso seria somente transportar a velha sala de aula para um ambiente digital, é preciso estratégias pedagógicas para que as tecnologias digitais sejam bem aproveitadas por estes estudantes que outrora, experimentaram a pedagogia tradicional em sala de aula. Portanto, ainda temos o grande desafio de decodificar os símbolos tecnológicos que contribuem para a didática pedagógica.

Portanto, para que haja uma verdadeira reforma educacional tecnológica se faz necessária a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos alunos de EAD, formando profissionais-usuários das tecnologias, conscientes e habilitados. Usuários, sobretudo, no exercício de sua prática profissional. (FARIAS, 2014, p. 170)

Os professores atuais precisam, além de serem educadores críticos, adquirir e exercer diversas competências e habilidades humanas, sociais, psicológicas e de conteúdo, principalmente aquelas ligadas ao mundo tecnológico, muitas vezes distante da vida dos docentes do ensino público.

A formação continuada de professores voltada para o uso das tecnologias de informação e comunicação para ensino tem papel fundamental nesse contexto. Novamente, o ensino a distância pode se tornar “alternativa que pode viabilizar o acesso de profissionais por meio de características pedagógicas e tecnológicas que vem ao encontro da expectativa de professores carentes de formação superior e continuada” (FARIAS, 2014, p. 170).

Diante disso, Farias chama a atenção para a dificuldade dos professores de lidar com computadores, internet, vídeos e outros meios de tecnologia da informação em sala de aula. Existe uma distância tecnológica entre alunos e professores que precisa ser sanada, haja vista que os estudantes manuseiam com facilidade os mecanismos informativos. Esse distanciamento entre grupos existe também nas universidades, pois a maioria dos professores em sua formação não dispunham de disciplinas voltadas para o uso de tecnologias na sala de aula.

Relacionar metodologias pedagógicas com tecnologia é um desafio de todo o campo educacional e, portanto, aproximar estes novos meios da realidade profissional do professor instiga-nos a construir uma comunicação de diálogo que provoque a criticidade junto ao aprendizado conjunto destes sujeitos.

CAP. 3 – O SUCATEAMENTO DA ESCOLA PÚBLICA E A DESVALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

É necessário pensarmos nas diversas formas de vulnerabilidades educacionais existentes em nosso país, principalmente na região norte. Reverberando o que Rodrigues afirma, vulnerabilidade educacional é “a oferta precária de educação, com poucas e malcuidadas escolas públicas, falta de professores, ausência ou insuficiência de merenda escolar, grandes distâncias entre casa e a escola, entre outros fatores” (2017, p. 20). Esses vários pontos fracos são potencializados principalmente pela falta ou equivocadas políticas educacionais brasileiras.

Para Libanêo (2016, p. 40), o que contribui para a debilidade dessas políticas públicas educacionais são as diferentes definições de qualidade de ensino entre os grupos educacionais que direcionam as políticas para a escola. No caso brasileiro, vemos que o atual governo prioriza o privado em detrimento do público, e isso se repete na educação.

Nesse sentido, trazendo à reflexão o direcionamento pedagógico das escolas brasileiras, Libanêo, ao analisar documentos oficiais, discussões em eventos relacionados a este tema, publicações e formação de professores, nos mostra que há orientações internacionais, principalmente:

[...] nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, em que um de seus ingredientes é a implementação de um currículo instrumental ou de resultados (LIBANÊO, 2016, p. 40).

Em outras palavras, Libâneo chama a atenção para a direção que a escola pode seguir através dessas políticas, uma vez que, o verdadeiro objetivo da escola é desconsiderado, fazendo com que aconteça o “desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo” (LIBÂNIO, 2016, p. 41).

Também, acompanhamos o investimento crescente nas formações em massa em diversos setores profissionais, incluindo a educação, na intenção de obter mão de obra imediata, porém, com formação frágil.

Também, os gestores da educação brasileira ainda não conseguiram construir estratégias eficientes para uma abordagem crítica e séria sobre a educação, sobretudo, em relação à realidade escolar. O que vemos são outros setores da sociedade disputando este campo, buscando contribuir com a formação de pessoas através de resultado aos moldes do ensino tecnicista objetivando o mercado de trabalho, em outras palavras, o indivíduo precisa ocupar uma função dentro das margens sociais capitalistas. Com isso, identificamos que as políticas educacionais não estão voltadas para as escolas ou o seu público beneficiário direto, a discussão caminha para o âmbito econômico e burocrático, tendo como base a “tecnização” de jovens e adultos.

Acreditamos que os problemas pedagógicos enfrentados pelos professores na escola nascem de políticas públicas mal pensadas e gestões escolares (em todos os níveis) mal trabalhadas. Libâneo nos diz que o objetivo principal da gestão escolar seria facilitar, promover o trabalho docente, conseqüentemente “favorecer a aprendizagem dos alunos” (2008, p. 174).

Libâneo também nos diz que para ele há um distanciamento entre a realidade escolar, políticas educacionais, legislação educacional e pesquisa acadêmica. Com isso tal pesquisador afirma que:

Esse distanciamento das questões mais concretas da sala de aula e do trabalho direto dos professores com os alunos é um forte indício da desatenção, do despreço, com os aspectos pedagógico-didáticos que, em última instância, são os que efetivamente atuam na aprendizagem dos alunos e no trabalho dos professores. (2008, p. 168)

Esse despreço e desvalorização com os aspectos pedagógico-didáticos, citados por Libâneo, levam-nos a pensar que as políticas educacionais deixaram de cumprir seus principais objetivos, muito em função de novas estratégias impostas de cima para baixo. Vemos que as modificações nos currículos, as burocracias e mecanismos que tiram a autonomia do docente têm provocado a desistência da profissão, assim como o descontentamento deste profissional.

O descaso em relação à profissão de professor dificulta o estabelecimento de pessoas na profissão docente, tendo em vista que nem sempre concluir o ensino superior garante uma vaga no mercado de trabalho, sobretudo convivendo com as más gestões nas políticas educacionais voltadas para a formação de professores até

a aplicação do ensino. Em outras palavras, o diploma assume outra conotação, não sendo mais sinônimo de estabilidade financeira.

Com isso, a busca pela formação especializada é dificultada pela falta de incentivo, porém, professores buscam estes complementos por conta própria, mesmo não tendo o reconhecimento sobre isso. Vários profissionais de educação que se encontram a mais de 10 anos na educação ou que estão em iniciando a carreira concordam que o descaso na educação tem proporcionado o desânimo quanto à profissão docente.

Em uma pesquisa com professores de um município do Paraná, Luiz Aparecido Alves de Souza, trouxe como resultado quatro fatores preocupantes apontados pelos professores da rede pública.

1) o descaso dos alunos, sujeitos direto do trabalho docente; 2) falta de comprometimento dos pais em acompanhar e valorizar a educação; 3) o não-reconhecimento da sociedade tende a agravar e contribuir para que a classe docente de nosso país venha a adoecer e 4) a crescente desvalorização social da profissão docente através das políticas educacionais descompassadas do cotidiano da escola pública. (SOUZA, 2011, p. 4822)

Ao refletirmos sobre estes dados, identificamos que esta realidade não se restringe à rede de ensino do Paraná. Em todo o Brasil cresce, em vários moldes, a desvalorização dos profissionais da educação.

Não é só a falta de apoio dos órgãos públicos que desqualificam esta profissão, há também a desvalorização social, ou seja, a sociedade atual não prestigia a escola e seus profissionais como deveriam. Concordando com Libanêo (2016), o significado de escola vem sendo desfigurado, deixando de ser um espaço de formação cultural e intelectual, dando espaço às metodologias de resultados imediatos e objetivos. Em outras palavras, a ressignificação da escola contribui para o abandono e depreciação da profissão de educador.

Políticas educacionais distantes das múltiplas realidades escolares, falta de planejamento estratégico, ineficiência nas gestões locais e a falta de apoio a formação de professores são eixos centrais no sucateamento das escolas e desvalorização docente.

Com isso, Demerval Saviani tenta mostrar as consequências geradas aos professores, sobretudo quanto a formação continuada, trazendo dilemas enfrentados

por este profissional sendo central a precariedade escolar e a má gestão educacional. Ele afirma que os problemas encontrados no ambiente escolar agem como desestímulo para a profissão docente:

Com efeito, as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos. (SAVIANI, 2009, p. 153)

Assim, lançando o desafio de pensarmos sobre estas vicissitudes, Saviani afirma que, “ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes”. (2009, p. 153).

Ter a educação como prioridade da agenda brasileira sem colocá-la em disputa com outras pautas, ajudaria a enfrentarmos outros problemas sociais, como segurança, saúde e desemprego. Com efeito, superaríamos também a desilusão sintomática apresentada por vários professores ao longo dos anos sobre a profissão docente. Saviani contribui dizendo que:

Enfim, é claro que, com esse projeto, será resolvido também o problema da qualidade da educação: transformada à docência numa profissão atraente socialmente em razão da sensível melhoria salarial e das boas condições de trabalho, para ela serão atraídos muitos jovens dispostos a investir seus recursos, tempo e energias numa alta qualificação obtida em graduações de longa duração e em cursos de pós-graduação. (SAVIANI, 2009, 154)

Essas são boas questões para se pensar em relação aos problemas enfrentados hoje. De forma provocatória, Saviani incita intelectuais e gestores a debater sobre políticas educacionais burocráticas, tentando diluir os discursos de grande eloquência em relação aos projetos de educação.

Por isso, precisamos adotar posições sérias diante da precarização das escolas públicas brasileiras, pois a precariedade da educação e de seus profissionais é a consequência de um sistema de ensino difuso, mal gerido e que patina em políticas ineficientes. Devemos valorizar e incentivar programas educacionais eficientes já implementados para movimentar-nos em favor da educação.

CAP. 4 – PENSANDO NOS FUTUROS DOCENTES

O ensino superior ainda é um dos caminhos acessíveis para a possível ascensão profissional de vários jovens e as licenciaturas contribuem para esta ascensão, no ensino superior presencial e EAD ainda se vê um grande número de ingressos.

Vemos que o primeiro contato com a realidade na formação inicial do professor se dá no estágio “notamos o estágio como um momento de apresentação a vida da docência, ou seja, prática de extrema importância para nossa futura atuação como professores” (SANTANA; SILVA, 2018, p. 01).

Ao se depararem com a sala de aula, os futuros docentes encontram outra leitura da realidade. “Em sala de aula, na escola, nos deparamos com vários contextos inesperados, alguns são até citados durante a formação docente, porém, não expressa de fato a realidade” (DOS ANJOS, 2017, p. 02). Huberman apresenta essa diferença entre teoria e prática escolar como “choque de realidade” enfrentado por muitos estagiários (HUBERMAN, 1989).

Esse é o primeiro contato do futuro docente com a sala de aula, ou seja, “a confrontação inicial com a complexidade da situação profissional” (*id. Ibid.*, 1989), por isso, o estágio se torna fator determinante para esta construção identitária docente. Além do choque de realidade apontado por Huberman, nos deparamos com o desencorajamento da escolha desta profissão por parte dos atuais professores. Não é difícil encontrar professores que questionam o porquê da escolha de ser professor, haja vista que, este educador que se encontra a mais tempo na profissão enfrenta a precariedade no ensino e nas políticas públicas para educação, o baixo salário e a desqualificação desta profissão.

Durante o período de estágio escolar, presenciamos várias situações que pareceram fugir do controle dos professores e estagiários. Alguns autores nos informam que:

A maior parte da turma tem problemas comportamentais em sala de aula. A relação aluno e professor é estremecida, pois segue a ordem daquele que consegue gritar mais alto. Na maioria das aulas a professora tinha dificuldades de aplicar o conteúdo das aulas (DOS ANJOS, 2017, p. 04)

Ainda:

Por mais que planejamos as aulas e tentamos segui-las, há algumas situações incapazes de serem previstas, e é nesse momento que precisamos ser maleáveis e com essa previa experiência (regência), conseguimos ter noção e discernimento para conduzir da melhor forma esses imprevistos. (SANTANA; SILVA, 2018, p. 12)

Vemos que os desafios vão além de ensinar. Podemos perceber que muitos desses desafios estão ligados ao meio social em que esses alunos estão inseridos, pois, na sociedade atual, as informações surgem a todo tempo e vindas de todos os lados, tornando-se difícil controlar as ansiedades dos alunos em relação ao novo.

Porém, o primeiro contato com a sala de aula desperta outras reações, como afirma Huberman, “o aspecto da ‘descoberta’ traduz o entusiasmo inicial, a experimentação, a exaltação por estar, finalmente, em situação de responsabilidade [...] por se sentir colega num determinado corpo profissional” (1989, p. 39). Estas duas reações distintas de experimentação docente nos levam a pensar na complexidade profissional da carreira de professor.

Esta profissão se torna complexa à medida que entendemos carreira não como uma fase, mas como um processo onde neste processo existem caminhos e etapas (HUBERMAN, 1989). Segundo Huberman, existe um ciclo na vida profissional dos professores em que fatores econômicos, políticos, sociais e familiares contribuem da mesma forma para que este ciclo aconteça ou não de forma linear. Para tanto, este ciclo não é homogêneo. Assim, no início da carreira, pode nos ocorrer a fase da exploração para, logo depois, passarmos para a fase da estabilização.

A exploração consiste em fazer uma opção provisória, em proceder a uma investigação dos contornos da profissão. Experimentando um ou mais papéis. Se esta fase for globalmente positiva, passa-se a uma fase de ‘estabilização’, ou de compromisso, na qual as pessoas centram a sua atenção no domínio das diversas características do trabalho, na procura de um sector de focalização ou de especialização, na aquisição de um caderno de encargos e de condições de trabalho satisfatórias e, em vários casos, na tentativa de desempenhar papéis e responsabilidades de maior importância ou prestígio ou mais lucrativas. (HUBERMAN, 1989, p.37)

Não existindo somente estas duas etapas na carreira dos professores, Huberman elenca ainda, no meio deste ciclo, a fase da diversificação, onde o professor “lança-se numa pequena série de experiências pessoais, diversificando o material didático, os modos de avaliação, a forma de agrupar os alunos, as

sequências do programa, etc.” (1989, p. 41), tentando contribuir mais ativamente na sala de aula. Ainda no meio da carreira aparece a fase do questionamento, quando colocamos em questão o nosso papel de profissional. Isso pode ocorrer pelos problemas enfrentados na sala de aula ou por uma rotina fixa que desencadeia o questionamento (*Id. Ibid.*, 1989).

No decorrer do tempo, alguns professores podem atingir a etapa da serenidade, ou seja, a fase em que as preocupações com a profissão e o desapego sentimental estão em evidência. Com isso o trabalho é desenvolvido de forma mais mecânica. Para tanto, no final deste ciclo é identificada a fase de lamentações ou parafraseando Huberman, “conservantismo” (1989). Este momento de tomada de consciência por parte do sujeito profissional o leva a questionar o modelo de escola, o desinteresse dos alunos, as reformas de ensino, etc. Isso tudo se liga ao processo de desinvestimento na carreira, em outras palavras, esta última fase do ciclo profissional dos professores diz respeito a sua escolha de parar. Seu empenho e contribuição com a sala de aula se encontra tênue, “as pessoas libertam-se, progressivamente, sem o lamentar, do investimento no trabalho para consagrar mais tempo a si própria” (HUBERMAN, 1989, p. 46).

Conhecer o ciclo profissional docente é importante à medida que, além de conhecê-lo precisamos compreendê-lo. Tendo em vista que, compreender este processo necessita de análises críticas. Por isso buscamos em Paulo Freire orientações sobre como tornar-se um profissional diferente, tentando identificar inclinações diferentes das apresentadas no ciclo profissional analisado por Michaël Huberman.

Freire ao escrever sobre como a educação pode libertar os oprimidos e estes podem conscientizar os opressores, identifica dois tipos de educadores, sendo que o primeiro deles seria o educador que se encontra dentro da visão “bancária”² de educação. Este seria:

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 1978, p. 67)

² Segundo Paulo Freire, a visão bancária de educação seria o saber como forma de doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais de ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1978, p. 67).

Sabendo que Freire entende a educação como problematizadora e não como uma educação baseada em “consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada” (1978, p. 77) o educador que só deposita conteúdos está longe de contribuir positivamente para uma educação conscientizadora que problematiza os homens e suas relações sociais (1978). Em contrapartida, devemos nos aproximar da ideia de um sujeito consciente da responsabilidade de sua profissão, entendendo a escola como espaço de encontros, onde devemos considerar as múltiplas realidades que se apresenta neste espaço, em outras palavras, praticar metodologicamente a educação libertadora. Para isso, o sujeito que se submerge na proposta da educação libertadora de Paulo Freire pode ser encarado como um educando-educador, ou seja:

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de *estar sendo com as liberdades e não contra elas*. (1978, p. 78-79)

Diante disso, o educando-educador é um sujeito que se orienta através da partilha do conhecimento ao mesmo tempo que recebe. Há intercâmbios por meio de diálogos. Entretanto, a lógica convencional de formação docente não se utiliza desta metodologia, pois esta engendrada ao modelo mercadológico de educação, esperando grandes retornos em cima dos investimentos feitos. Para Freire, este tipo de mercado pedagógico desumaniza e desfigura o papel que tem a escola e os sujeitos envolvidos neste espaço.

Aqui encontra-se mais um ponto da importância deste trabalho. Elucidar didáticas pedagógicas voltadas para a libertação de sujeitos, tornando-se conscientes de seus deveres, tendo em vista que o aprendizado chega de forma coletiva, faz parte de um compromisso social. Portanto, aos futuros docentes a escolha pelo o aprofundamento deste debate que se encontra em aberto, tornando fundamental na sua formação. Cabe ainda, apresentar os parâmetros da formação de professores no Brasil indagar se estes critérios são suficientes ou seguidos diante das políticas direcionadas à educação.

Uma das maiores conquistas para a educação brasileira foi a promulgação da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei 9.394/96). Nela há uma expectativa de que as instituições de trabalho (as escolas e as redes de ensino municipais, estaduais e federais) garantam a formação inicial e continuada dos professores. A LDB preconiza no artigo 62 que:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

§ 1o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2o A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3o A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 4o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública.

§ 5o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior.

§ 6o O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação – CNE.

§ 8o Os currículos dos cursos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 1996, p. 42-43).

A regulamentação da formação de professores e as condições de trabalho através da LDB são fundamentais, uma vez que, antes da década de 1990, a educação brasileira viveu períodos complicados. Destacamos o artigo 62 por entender a preocupação que existe em torno da formação inicial e continuada neste setor. Assim, vemos que estes critérios muito nos dizem ao compararmos o que está proposto na LDB com a realidade educacional brasileira. Notamos que há despreparo por parte do poder público ao tentar implementar estes parâmetros, evidenciando uma disputa entre o setor público e privado. Com isso, reafirmar o que

preconiza o artigo 62 é apontar para superações em torno destes problemas, tendo em vista que, as diretrizes não conseguirão resolver todos os problemas educacionais brasileiros, porém, é inegável que elas podem nos indicar caminhos de soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a educação brasileira passou por diversas situações, dentre elas conquistas e fracassos. Não é de forma deliberada que observamos uma educação vulnerável por todo o país, sabendo que as atuais mazelas educacionais podem ser consideradas resquícios de políticas mal endereçadas com problemas de execução, considerando gestões débeis à frente de órgãos pedagógicos. Sala de aula lotadas, baixos salários, condições precárias de trabalho, falta de tempo para estudo, planejamento e formação continuada, desinteresse de pais e alunos frente aos problemas educacionais e desinteresse político são alguns dos muitos problemas que tem desestimulado os professores em seus exercícios.

A escola atual tem sido baseada em orientações de organizações internacionais voltadas ao mercado financeiro. O alto investimento neste espaço tende a desfigurar o verdadeiro papel da escola, desumanizando e transformando em um espaço de soluções econômicas e sociais (LIBÂNEO, 2016), transferindo o papel do estado para a escola que terá que atender as exigências multilaterais da sociedade. Contudo, “a escola pública continua sendo o melhor lugar e o melhor caminho para a luta política pela igualdade e inclusão social” (2016, p. 60), sendo assim, atingir níveis democráticos dentro das escolas é uma demanda latente para desenvolvermos uma escola de qualidade. Como lembrado por Libâneo uma escola de qualidade seria:

Em resumo, escola de qualidade é a que, antes de tudo, por meio dos conteúdos, propicia as condições do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral dos alunos, considerando suas características individuais, sociais e culturais e as práticas socioculturais de que vivenciam e participam. (2016, p. 60)

Assim como a escola democrática, consideramos que a pedagogia Freiriana tem lugar de destaque nesta reforma educacional almejada por muitos intelectuais, por isso, entender a educação como também problematizadora na formação de pessoas conscientes de seu papel no mundo é libertar e liberta-se (FREIRE, 1978), para que tenhamos “uma escola onde as pessoas estejam verdadeiramente envolvidas com a educação ali ofertada” (RODRIGUES, 2017, p. 19).

Até chegarmos ao contexto democrático na escola, precisaremos admitir que passamos por uma resignificação educacional não só de escola, também do

significado do aluno e do professor. Para isso, necessitamos debater de forma séria sobre a LDB e suas fragilidades, potencializar programas de incentivo à formação inicial e continuada de professores e buscamos um consenso nacional sobre qual o verdadeiro papel da escola e dos professores. Esses pontos devem ser a perspectiva central dos agentes que priorizam a qualidade de um ensino democrático e popular.

Assim sendo, reforçamos o que Paulo Freire já nos confidenciou, o educador que ensina através do diálogo considerando as diferentes culturas, os problemas sociais, políticos e econômicos que se apresentam na realidade consegue educar e ser educado, pois este entende a importância do aluno como sujeito deste processo e não como simples espectador pronto para receber enunciados externos. Com isso, este professor se encontra em antagonismo ao educador que somente deposita conteúdos prontos aos alunos, sobretudo, ao considerar que os conhecimentos só provêm do professor (FREIRE, 1978).

Portanto, não significa somente construirmos mais escolas, nem formação em massa de professores. O que se propõe aqui, como lembrado por Rodrigues (2017), são escolas com qualidade de ensino, profissionais da educação com condições dignas de trabalho e formação cultural e intelectual sólida para jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

- BESSA, Valéria da Hora. As políticas educacionais e as práticas pedagógicas liberais. In: **Teorias da aprendizagem**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008. p. 17-26.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei 9.394/96. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- _____. Ministério da Educação. Referenciais de Qualidade de EaD para Cursos de Graduação a Distância. Brasília, 2007.
- DOS ANJOS, Evandro Rodrigues. **Relatório de Estágio supervisionado II. Ver, analisar e agir**. Araguaína, 2017. p. 1-22. Mimeo.
- CIMBALISTA, Silmara. Avanços e retrocessos da educação brasileira. **Análise Conjuntural**. Vol 30. n. 11-12, nov/dez, 2008. p. 18-20. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_30_6e.pdf acesso em: 02 de outubro de 2018.
- FARIAS, Kelly Priscila Silva de. Educação a distância e formação de professores: potencialidades e viabilidades. **Compartilhando saberes: revista digital da secretaria de estado da educação da Paraíba**. Nº 1, Paraíba, 2014. p. 153-175. Disponível em: <http://www.sec.pb.gov.br/revista/index.php/compartilhandosaberes/article/view/16/13> Acesso em 05 de outubro de 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. Escola primária para o Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XXXI, nº 82, 1961. p. 15-33.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; PIMENTEL, Carmen Regina de Carvalho. O ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação. **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”**. João Pessoa: Anais eletrônicos, 2012. 931-944. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.18.pdf Acesso em: 12 maio de 2018.
- HUBERMAN, Michaël. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, Antônio (org.), **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 33-46.
- IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD**. Suplemento sobre educação profissional e aspectos complementares da educação de jovens e adultos. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5514.pdf Acesso em: 02 de outubro de 2018.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf> Acesso em: 02 de outubro de 2018.

LIBÂNIO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de pesquisa**, v. 46, n. 159, jan/mar 2016. p. 38-62.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Tendências pedagógicas na prática escolar. In: **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 53-75.

PRADO, Alcindo Ferreira; COUTINHO, Jecilene Barreto, REIS, Osvaldinei de Pereira de Oliveira; VILLALBA, Osvaldo Arsenio. **Ser professor na contemporaneidade: desafios da profissão**, 2015. Disponível em: <http://migre.me/tXVSF>. Acesso em 10 maio 2018.

RODRIGUES, Wallace. Lançando um olhar relacional para a vulnerabilidade educacional e a educação popular. **Revista Didática Sistêmica**, v. 19, n. 1, 2017. p. 17-28.

ROMÃO, José Eustáquio. O professor universitário como educador: Paulo Freire. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**. N. 10. Boyacá, 2008. p. 139-144.

SANTANA, Ana Carolina S. G. de; SILVA, Geusa Barros da. **Relatório de Estágio Supervisionado de Regência em Língua Portuguesa**. Araguaína, 2018. p. 1-31. Mimeo.

SAVIANI, Demerval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 40, jan/abr 2009. p. 143-155.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. Desvalorização social da profissão docente no cotidiano da escola pública no discurso do professor. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba: PUCPR, 2011. p. 4812-4823.